

27/07/2010

[Portos terão radares de rastreamento de navios a partir de 2011](#)

[BNDES propõe ao governo dividir a Infraero](#)

[No 1º leilão do pré-sal, um só bloco deve arrecadar R\\$ 25 bi, estima ANP](#)

[União articula mais participação em Belo Monte](#)

[Para combater infrações econômicas em licitações](#)

[Consumo chinês de aço e minério ajuda a reverter queda no preço dos fretes](#)

[CBMM já começou investimentos de R\\$ 250 milhões](#)

[Portal da construção](#)

[Licença de portos sai nesta semana](#)

[TAV: ANTT esclarece edital de licitação](#)

[Mauá planeja criação de três novas marginais](#)

[Dragagem fica pronta em dezembro](#)

[Dragagem puxa novos investimentos no porto](#)

[Para técnico do Ipea, cabotagem precisa de mais estímulo e incentivos](#)

[Repasses de royalties caem 4,79%](#)

[Suape terá térmica de R\\$ 2,6 bilhões](#)

[3º estaleiro perto da confirmação](#)

[Termelétrica de US\\$ 1,5 bi será instalada em Suape](#)



Suape discute viabilidade de trecho de ferrovia

Petrobras: licitação e 3 mil empregos no Espírito Santo

Porto do Mucuripe recebe recursos de R\$ 220 milhões

O Globo

27 de julho

Portos terão radares de rastreamento de navios a partir de 2011

Devem ser instalados a partir de 2011 os três primeiros radares de rastreamento do movimento de navios nos portos em Santos, Rio de Janeiro e Rio Grande, RS, ao custo de R\$ 30 milhões a unidade. A exemplo do que ocorre com aviões, esse sistema monitora onde estão os navios de grande e pequeno portes. Até hoje o Brasil nunca teve nada semelhante e, na prática, a aproximação das embarcações ainda é feita às cegas.

Além disso, o governo quer instalar o sistema eletrônico de acompanhamento de carga, que tornará o transporte de mercadorias mais seguro. Já usado por grandes empresas, o sistema permitirá o registro dos produtos movimentados e poderá ajudar a reduzir o tempo do produto no porto.

Hoje, a Anvisa só atua depois da fiscalização do Ministério da Agricultura, e a Receita, só quando as duas encerram o trabalho. Com o sistema, ficará mais fácil controlar o conteúdo de cada contêiner, diz Luiz Fernando Resano, da Secretaria Especial de Portos (SEP), coordenador do projeto Porto Sem Papel.

Com menos tempo de navios esperando, o comércio exterior ficará mais barato. José Paulo Alcântara, gerente do Centro Internacional de Negócios da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, lembra que a diária de um navio no porto varia de US\$ 50 mil a US\$ 100 mil.

[<volta>](#)

O Globo

27 de julho

BNDES propõe ao governo dividir a Infraero

Empresa antiga herdaria passivo, enquanto a nova receberia investimentos. Privatização da estatal é descartada

Para aumentar a capacidade dos aeroportos brasileiros, o governo estuda proposta apresentada pelo BNDES, que prevê a cisão da Infraero em duas: a empresa antiga, que herdaria o passivo (dívida resultante de ações judiciais), e a nova, a Infraero S.A., que receberia novos investimentos e seria responsável pela operação dos 67 aeroportos mais movimentados do país. Outra possibilidade seria criar uma subsidiária para assumir essa missão, mantendo-se a estrutura velha com a parte podre.

As alternativas discutidas por um grupo de técnicos de vários ministérios e do BNDES descartam a privatização da estatal, bem como a transferência de alguns terminais sob sua administração à iniciativa privada. A aposta é na abertura de capital da empresa,

com a venda de até 49,9% das ações para o setor privado, de forma que a União continue mantendo o controle.

A cisão da estatal, segundo fontes envolvidas, tem como objetivo reduzir riscos para atrair novos investidores. Atualmente, a estatal tem reconhecida, em balanço, uma dívida de cerca de R\$ 200 milhões. No entanto, outros esqueletos podem aparecer e serem transferidos aos novos sócios, o chamado risco de sucessão.

As ações judiciais movidas por construtoras das obras embargadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) são um exemplo.

Para criar a Infraero S.A. e levantar uma quantia potencial de R\$ 5 bilhões, o governo precisa transformar a estatal numa empresa de economia mista e dar-lhe o contrato de concessão dos aeroportos, seu principal ativo. Atualmente, a empresa é apenas delegatária, tendo assumido os aeroportos ao longo do tempo por meio de portarias do Comando da Aeronáutica.

Decisão caberá ao presidente Lula Caberá ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva escolher entre a cisão da estatal e a criação de uma subsidiária, o que deverá ocorrer de forma reservada, até o resultado das eleições presidenciais. Porém, técnicos já trabalham nos instrumentos jurídicos para mudar o perfil da empresa.

Primeiro, será necessário enviar ao Congresso um projeto para alterar a lei 5.862/72, que criou a estatal, transformandoa numa empresa de economia mista. A ideia é que o texto garanta à Infraero S.A. a concessão dos aeroportos sem licitação, fixando prazo para que a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) elabore um modelo de concessão.

O contrato a ser assinado entre Anac e Infraero vai prever a exploração do serviço por tempo determinado, conterà metas de investimentos, níveis desejados de serviços, além de um modelo tarifário (taxas de embarque, de pouso e permanência pagas pelas companhias aéreas).

A empresa vai alterar a composição do Conselho de Administração para abrigar novos sócios e adotará, a partir de 2011, padrão de contabilidade internacional, mais rigoroso com relação aos passivos. A proposta do BNDES não prevê demissão dos 12,1 mil funcionários e 18 mil terceirizados.

Fazer novos investimentos, melhorar a qualidade do serviço e gerar receita serão os três focos da empresa resumiu uma fonte.

[<volta>](#)

O Globo
27 de julho

No 1º leilão do pré-sal, um só bloco deve arrecadar R\$ 25 bi, estima ANP

Diretor-geral da agência diz que recursos poderão ser usados por Fundo Social

No primeiro leilão de áreas do pré-sal quando estiver em vigor o sistema de partilha no país o governo federal poderá arrecadar cerca de R\$ 25 bilhões em bônus de assinatura com a oferta de apenas um único bloco.

A estimativa foi feita ao GLOBO pelo diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Haroldo Lima, ao destacar que os recursos poderão ir para o Fundo Social, a fim de serem usados em projetos nas áreas de saúde e educação.

Para Lima, o segundo poço que a ANP está perfurando em áreas não licitadas na Bacia de Santos indicam a possibilidade de conter reservas iguais ou superiores aos 4,5 bilhões de barris encontrados com a perfuração do primeiro poço.

Fazendo uma licitação nas condições da lei nova, pode-se cobrar um bônus de R\$ 20 bilhões a R\$ 25 bilhões. Esses recursos entrariam de imediato no Fundo Social e poderiam ser usados em saúde e educação logo, sem estarem contingenciados disse Lima.

Ele explicou que essa é a segunda perfuração do segundo poço. A primeira teve de ser abandonada por problemas operacionais: houve um desmoronamento a 3.170 metros de profundidade. A perfuração ainda estava na camada de sal e, segundo Lima, foi um acidente normal. A cerca de 300 metros foi iniciada a perfuração de um novo poço, hoje com 2.147 metros de profundidade, que deve ser concluída em três meses.

As reservas de 4,5 bilhões de barris descobertas com a perfuração do primeiro poço serão usadas pela União para o projeto de capitalização da Petrobras, com o sistema de cessão onerosa.

Governo tentará votar projetos antes das eleições O ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse ontem, após participar de reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que o governo discutirá com a base aliada se há possibilidade de votar antes das eleições os projetos que faltam sobre o pré-sal.

Aguardam votação na Câmara a criação do Fundo Social, a mudança de modelo de exploração de concessão para partilha e a redivisão dos royalties.

Segundo Padilha, o governo consultará os líderes da base aliada no Congresso, até para fazer uma mobilização de presença na próxima semana. Também vai verificar o que pensa a oposição sobre o assunto.

O Globo

27 de julho

União articula mais participação em Belo Monte

Diretor da Eletrobras vai presidir conselho da Norte Energia

Além de ter participação majoritária na Norte Energia S.A. empresa que vai construir e operar a usina de Belo Monte o governo assumirá uma posição estratégica no dia a dia da empresa.

Sem alarde, o diretor de Engenharia da Eletrobras, Valter Cardeal, foi eleito na semana passada presidente do Conselho de Administração da empresa.

Homem de confiança da ex-ministra Dilma Rousseff, Cardeal foi responsável pela formatação da licitação da usina e articulou a composição da Sociedade de Propósito Específico (SPE), surgida a partir do consórcio vencedor da licitação de abril.

Nos próximos dias, deverá ser escolhida pelos 18 sócios a diretoria executiva da Norte Energia, empresa que está sendo constituída formalmente.

Atualmente, o consórcio é comandado pelo diretor de Engenharia da Eletrobras Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), José Ailton Lima.

A escolha de Cardeal não surpreendeu os observadores do setor de energia, que avaliam que ele ganhou posição estratégica nas decisões da empresa.

A diretoria executiva faz o que o conselho determina. Cardeal será o olho do dono na empresa, por quem passarão todas as diretrizes de Belo Monte diz um empresário do setor.

Quatro grupos estão cotados para construir usina Direta e indiretamente, via fundos de pensão, o governo detém 77,48% do capital da empresa. A Eletrobras e suas subsidiárias Chesf e Eletronorte têm 49,98%. A Petros tem 10%, e a Funcef, 2,5%, mais 5% do Caixa FI Cevix. A Previ, do Banco do Brasil, participa da Bolzano Participações, via Neoenergia, que tem 10% do capital. Os 22,52% restantes são divididos entre autoprodutores (10%) e nove empreiteiras (12,52%).

Além de diretor da Eletrobras, Cardeal foi presidente interino da estatal por alguns meses.

Também presidiu o Conselho de Administração de Furnas e da Eletronorte. Participa dos conselhos de Eletrosul e Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul.

Quatro grupos estão cotados para construir a usina no Pará, orçada em R\$ 25 bilhões: um é formado pelas empreiteiras Camargo Corrêa e Odebrecht, que haviam desistido da licitação pouco antes do leilão. Outro é formado pela construtora Andrade Gutierrez,

que participava do consórcio derrotado. A lista se completa com os grupos Queiroz Galvão e OAS; Mendes Júnior; ServengCivilsan e Contern.

Estes últimos são sócios da empresa.

A meta da Norte Energia é antecipar a conclusão de Belo Monte, prevista para outubro de 2015. O governo também tem pressa para encerrar os trâmites burocráticos.

[<volta>](#)

Valor Econômico

27 de julho

Para combater infrações econômicas em licitações

Os cartéis prejudicam os consumidores ao aumentar preços e restringir a oferta, tornando bens e serviços mais caros ou indisponíveis

A Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016 exigirão vultosas compras públicas por parte do Estado, o que demanda integração cada vez maior entre as autoridades criminais e administrativas de repressão aos cartéis para dissuadir e punir quem insiste em descumprir a legislação em prejuízo do Estado e do consumidor. Para lidar com esse desafio, foi lançado no início de junho, por ocasião do 2º Encontro da Estratégia Nacional de Combate a Cartéis (Enacc), o programa Jogando Limpo, para combater infrações econômicas em licitações.

O programa é dividido em duas frentes. A primeira tem como objetivo capacitar agentes públicos para prevenir e detectar a ocorrência de cartéis durante as licitações para contratação de obras e serviços planejados para os importantes eventos esportivos que ocorrerão nos próximos anos. Em 2009, a Secretaria de Direito Econômico (SDE) empreendeu grande esforço em conjunto com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para o treinamento de mais de 600 agentes públicos sobre como identificar os cartéis em licitações. O treinamento do Programa Jogando Limpo refletirá as peculiaridades das contratações da Copa e Olimpíada, aproveitando experiências e permitindo trocas de informações sobre as licitações em andamento programadas para as cidades-sede. Uma das metas estabelecidas foi a exigência de apresentação de Declaração de Elaboração Independente de Proposta, nos termos da Instrução Normativa SLTI nº 02/2009, em todas as contratações de obras e serviços referentes à Copa 2014 e Olimpíada 2016, inclusive nos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

A segunda frente promoverá a ética empresarial, fazendo referência ao "fair play" exigido nos esportes. Cada jogo tem suas regras e é esperado que os jogadores disputem agressivamente, mas sem combinar o resultado da partida. Os empresários devem reproduzir no mercado a conduta aguerrida que se observa nos campos, o que resultará em economia para os cofres públicos e benefícios para empresas eficientes que vencerão os certames.

Os cartéis prejudicam seriamente os consumidores ao aumentar preços e restringir a oferta, tornando os bens e serviços mais caros ou indisponíveis. O poder de um cartel de limitar artificialmente a concorrência traz prejuízos também à inovação por impedir que outros concorrentes aprimorem seus processos produtivos e lancem novos e melhores produtos e serviços no mercado. Isso resulta em perda de bem-estar do consumidor e, no longo prazo, perda da competitividade da economia como um todo.

Segundo a OCDE, os cartéis em licitações geram um sobrepreço de ao menos 20% comparado ao preço em um mercado competitivo, causando perdas anuais de centenas de bilhões de reais ao erário e contribuintes, que deixam de se beneficiar de outros serviços e produtos que poderiam ser contratados com o pagamento de seus impostos que foram ilicitamente desviados. Não só a conduta é das mais graves (e furto de R\$ 1 de 100 milhões de consumidores ou contribuintes não pode ser menos grave que furto de R\$ 100 milhões de um só indivíduo), como que, sem o apelo da pena privativa de liberdade, o Estado não consegue atingir o efeito dissuasório necessário para evitar que novos cartéis se formem em detrimento da sociedade.

Por esse motivo, o combate aos cartéis é uma preocupação compartilhada por autoridades de defesa da concorrência no mundo todo. Entre 1990 e 2009, a Comissão Europeia aplicou multas por cartel que excederam 13 bilhões. Os Estados Unidos, de 1997 a 2009, aplicaram multas que superaram US\$ 4,2 bilhões (multas pagas por meio de acordos) e mais de 200 altos executivos cumpriram penas restritivas de liberdade por crime de cartel com média de 611 dias de reclusão.

No Brasil não é diferente: desde 2003, o combate a cartéis é tido como prioridade para os órgãos de defesa da concorrência. Mais de 230 mandados de busca e apreensão de provas já foram cumpridos, o que dá ensejo a investigações administrativas e criminais mais robustas e sincronizadas. O Cade vem impondo multas recordes aos participantes de cartéis e 40 executivos já foram condenados criminalmente, havendo outros pelo menos 200 enfrentando processo criminal. Ressalte-se que as autoridades atribuem especial atenção à atuação de cartéis em licitações, tendo sido criada uma unidade especializada no Ministério de Justiça em 2007 para combater a prática.

Países desenvolvidos gastam em média 15% do seu PIB em compras públicas, sendo que esse percentual é maior em países em desenvolvimento, ainda segundo dados da OCDE. Os cartéis em licitação usualmente ocorrem em conjunto a outros crimes, como corrupção, lavagem de dinheiro e evasão fiscal, o que reforça a necessidade de uma robusta rede de inteligência. Em 2009, a SDE firmou acordos de cooperação com a Controladoria Geral da União e o Tribunal de Contas da União que, somados aos acordos existentes com a Polícia Federal e locais, Ministério Público Federal e Estaduais, possibilitará uma atuação coordenada no território nacional para a adequada repressão ao ilícito.

Nos próximos anos, o Brasil será vitrine dos dois eventos esportivos mais importantes do mundo.

Os empresários brasileiros terão a oportunidade de fazer grandes negócios e contratações com o Poder Público, mas devem respeitar as regras do jogo, não se

engajando em estratégias de divisão de mercado, combinação de lances ou esquemas de rodízio nas licitações. Que vença o melhor.

[<volta>](#)

Valor Econômico

27 de julho

Consumo chinês de aço e minério ajuda a reverter queda no preço dos fretes

O declínio nos fretes marítimos para matérias-primas, em seu menor patamar nos últimos 18 meses, pode estar perto do fim. A reversão seria causada pelas altas nos preços do aço e do minério de ferro, que indicam aumento na demanda chinesa e por consequência uma redução na capacidade ociosa de transporte naval em todo o mundo.

Os preços do aço chinês aumentaram 4,7% na semana passada, o maior aumento nos últimos 11 meses. Os derivativos de minério de ferro para o quarto trimestre subiram 23% entre os dias 9 e 21 de julho, de acordo com dados do Deutsche Bank. O custo médio para arrendar os navios do tipo capesize (demasiado grandes para passarem pelos principais canais mundiais) usados para carregar minério de ferro chegará a US\$ 30.375 por dia no quarto trimestre, segundo a mediana das previsões de 18 analistas consultados pela Bloomberg. Para se ter uma ideia de comparação, atualmente eles cobram US\$ 12.755.

A expectativa de aumento no custo do transporte marítimo indica que a queda no frete dos capesizes, verificada desde 2 de junho, não prenuncia uma nova retração econômica mundial.

Embora a produção siderúrgica chinesa em junho tenha sido a menor desde fevereiro, o país asiático ainda foi responsável por 45% da oferta mundial do produto. Três meses consecutivos de queda nas importações de minério de ferro podem sinalizar apenas que as usinas siderúrgicas chinesas estão recorrendo a seus estoques.

[<volta>](#)

Diário do Comércio

27 de julho

CBMM já começou investimentos de R\$ 250 milhões

Inversões serão feitas na modernização da planta.

A Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), que explora uma jazida de ferronióbio em Araxá, no Alto Paranaíba, cuja produção do Estado representa 75% do total mundial, já iniciou o investimento de R\$ 250 milhões na modernização da fase de sinterização da unidade. O aporte, segundo o diretor administrativo da empresa, Antônio Gilberto de Castro, possibilitará que a planta alcance a capacidade máxima, de 100 mil toneladas do insumo por ano.

"Dentro do processo de produção, havia um gargalo na fase de sinterização, impossibilitando que a unidade atingisse a capacidade produtiva total. Com o investimento, o problema será solucionado", justificou o diretor. Ele também lembrou que a inversão havia sido postergada em virtude da crise, que impactou nas vendas externas da companhia ao longo do ano passado.

O investimento foi iniciado em 2008 e a empresa já desembolsou parte dos recursos na aquisição de estruturas metálicas para modernizar a etapa metalúrgica. Porém, a maior fatia será injetada no aperfeiçoamento da fase de sinterização, conforme explicou o diretor. Atualmente, o nível de produção da unidade já atinge 80% dos patamares produtivos do pré-crise.

A CBMM chegou a sair de uma produção de 6,8 mil toneladas ao mês de ferronióbio no pré-crise, em 2008, caindo para 2,1 mil toneladas mensais durante o ano passado, quando o mercado externo reduziu as encomendas. "A demanda internacional está em recuperação, mas ainda não atingiu o nível do período que antecedeu a crise financeira mundial", disse.

De acordo com o diretor, 94% da produção da CBMM são destinados ao mercado externo, para aproximadamente 50 países, cujos principais compradores são os Estados Unidos, Alemanha, Japão e China. Os 6% restantes são capazes de suprir completamente a demanda doméstica.

Conforme dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), a companhia ocupou a segunda posição entre as principais exportadoras do Estado no primeiro semestre deste ano. No período, com montante de US\$ 732,766 milhões, a CBMM deteve 5,94% do total comercializado no exterior por empresas mineiras. Frente ao resultado no mesmo intervalo de 2009 (US\$ 351,806 milhões), os embarques da empresa avançaram 108,2%.

Os embarques de ferronióbio de janeiro a junho de 2010, com participação de 5,49% do total dos produtos comercializados por Minas Gerais no exterior, ficaram atrás apenas das exportações de minério de ferro e café. O volume do produto embarcado passou de 13,694 mil toneladas no mesmo semestre de 2009 para 29,556 mil toneladas nos seis primeiros meses deste ano. Por outro lado, o volume é inferior ao registrado no primeiro semestre de 2008, quando foram embarcadas 34,297 mil toneladas do produto.

Em 2010, até junho, as vendas externas da liga somaram US\$ 667,5 milhões frente US\$ 325,5 milhões nos mesmos meses de 2009, um crescimento de 108,12%. Em 2008, elas chegaram a US\$ 739,019 milhões no semestre.

A CBMM faz parte do grupo Moreira Salles e possui 49% de participação na Companhia Mineradora Pirocloro de Araxá (Comipa). Os outros 51% da empresa são controlados pela Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig). A empresa possui uma subsidiária na Europa, a Niobium Products Company GMBH, em Dusseldorf, e outra nos Estados Unidos, a Reference Metals Company Inc.

[<volta>](#)

Diário do Comércio

27 de julho

Portal da construção

A Caixa Econômica Federal lançou ontem o Portal da Construção Civil, com o conteúdo voltado para atender as diferentes empresas representantes do setor, como construtoras, imobiliárias, entidades, profissionais da construção e a indústria. O portal promete integrar informações em único ambiente e oferecer agilidade, na busca de crédito para os diversos tipos de empresas participantes da cadeia. A ferramenta entra no ar após o alcance de sucessivos recordes de crescimento em crédito imobiliário pelo banco.

[<volta>](#)

Webtranspo

27 de julho

Licença de portos sai nesta semana

Appa e Ibama definiram termo de compromisso

Nesta segunda-feira, 26, a Appa (Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina) e o Ibama definiram o texto final do termo de compromisso para a licença ambiental dos terminais portuários paranaenses.

De acordo com as entidades, a assinatura do documento será realizada ainda nesta semana, em Brasília, com a presença do superintendente da Appa, Mario Lobo Filho; do presidente do Ibama, Abelardo Bayma Azevedo; e do presidente do Instituto Ambiental do Paraná, Volnei Bisognin.

[<volta>](#)

Webtranspo

27 de julho

TAV: ANTT esclarece edital de licitação

Órgão anuncia a realização de uma sessão pública

A ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) agendou para a próxima quinta-feira, 29, uma sessão pública para esclarecer o edital que trata da licitação da concessão para exploração de serviços públicos de transporte ferroviário de passageiros por Trem de Alta Velocidade (TAV) na Estrada de Ferro F-222 (trecho Rio de Janeiro – Campinas).

Conforme divulgado, a sessão será entre 10h e 18h horas, no Auditório Abelardo da BM&FBovespa, na Rua XV de Novembro, nº 275, 1º andar, no de Centro de São Paulo.

Com o encontro, a agência pretende oferecer esclarecimentos sobre o edital de concessão, a minuta de contrato de concessão e tirar dúvidas de potenciais proponentes. O número de participantes da sessão será limitado à capacidade do local de realização do evento (120 lugares).

Os interessados em participar podem se inscrever mediante o preenchimento de formulário no site do TAV (<http://www.tavbrasil.gov.br/>), que deverá ser entregue e protocolado no momento do credenciamento.

[<volta>](#)

Diário do Grande ABC

27 de julho

Mauá planeja criação de três novas marginais

Mauá (SP) – A Prefeitura de Mauá pretende construir pelo menos três vias marginais que cortarão a cidade de ponta a ponta para resolver o problema do trânsito.

Com frota atual de 150 mil veículos, segundo o Departamento Nacional de Trânsito, os congestionamentos têm sido um dos pontos mais criticados da atual gestão.

Com percurso total de oito quilômetros de extensão, as marginais têm orçamento estimado em R\$ 25 milhões.

Para conseguir o recurso, o município busca financiamento do PAC 2 (Programa de Aceleração do Crescimento), do governo federal. A intenção é começar a construir nos próximos dois anos.

“Mauá, em termos de mobilidade, não comportará mais carros sem essas marginais. Estaremos em todas as frentes possíveis para concretizar isso. Seja com emendas parlamentares, com recursos do tesouro do município ou do governo federal, como o PAC 2”, afirma o secretário de Mobilidade Urbana, Renato Moreira.

A primeira via pretendida pela administração vai sair das proximidades do Viaduto Presidente Juscelino, na alça de acesso para o Jardim Oratório e Avenida Ayrton Senna, margeando o Rio Tamandateí. Seguirá no sentido Cerqueira Leite, pela Rua Washington Luis.

Outro trecho de marginal começará na Washington Luis. seguindo no sentido Jardim Zaíra, margeando o Rio Corumbê.

A outra marginal (também do Tamandateí) seguirá no sentido Itapeva, paralela a Avenida Barão de Mauá.

Esse pacote não é uma ação isolada. “Essas obras vão solucionar o trânsito para os próximos 20, 25 anos. Mas também é preciso realizar ações pensando no transporte público, como remodelagem de corredores exclusivos para ônibus”, completa o secretário de Mobilidade.

Quarta – Outra marginal, a quarta, ainda estaria prevista, segundo ele, ligando a Avenida Capitão João com Rua José Ricardo Nalle. “Seria uma opção para quem vem de Ribeirão Pires e quer acessar o Rodoanel sem passar pela área central de Mauá”, explicou Moreira.

Marginais estão fora do pacote que compensa Rodoanel

A chegada do Trecho Sul do Rodoanel Mário Covas deve contribuir com o aumento de veículos circulando em Mauá. Iniciadas em 2007, as obras de extensão da Jacu-Pêssego até a Avenida Papa João XXIII afetaram 20% do sistema de transporte público.

“Remanejamos ônibus extras para atender essa área com maior congestionamento o que acaba afetando as demais que ficam sem carros”, explicou Renato Moreira. Ele lembrou que desde as duas primeiras gestões de Oswaldo Dias (1997 a 2004) já se planejava as marginais.

“Agora por que será que essas marginais não entraram antes nas obras de compensação do Rodoanel?”, questionou Renato Moreira, referindo-se à negociação feita entre a gestão anterior e a Dersa (Desenvolvimento Rodoviário S.A). Procurada, a Dersa não comentou.

O ex-prefeito Leonel Damo (sem partido) afirmou que iniciou obras das vias em sua gestão e que negociou compensação viária com o Estado no valor de R\$ 157,8 milhões. “Da marginal da Vila Magini fizemos o trecho entre a Guarda Municipal e a entrada da Vila Magini, mas tivemos de parar por causa da construção de uma escola no traçado. A do Zaíra é a própria Washington Luís”, declarou Damo.

Diário do Nordeste

27 de julho

Dragagem fica pronta em dezembro

O ministro Pedro Brito, da Secretaria dos Portos (SEP) assinará, hoje, na Companhia Docas do Ceará, a Ordem de Serviço para que a Bandeirante Dragagens e Construções, vencedora da concorrência, inicie o mais rápido possível, os trabalhos de retirada de cerca de seis milhões de metros cúbicos de sedimento do porto do Mucuripe, para elevar a sua profundidade de 11,5 m para 14,00 m num prazo de oito meses, na perspectiva de receber, a partir do próximo ano, navios de grande porte".

O presidente da Bandeirante Dragagens e Construções, Ricardo Subaia, assegurou que, "serão utilizados nos trabalhos de dragagem no porto de Fortaleza os recursos mais modernos em termos tecnológicos e pessoal capacitado para entregá-lo antes do prazo previsto". E marcou até data: dezembro de 2010.

A adequação do Porto do Mucuripe - e dos demais terminais marítimos brasileiros - decorre menos de sua participação no comércio exterior e mais, sobretudo, do novo padrão de infraestrutura e tecnologia exigida pela configuração logística deste comércio. "Não há de se pensar em viabilidade logística comercial de expansão da corrente do comércio brasileira sem esta adequação", comentou o ministro Pedro Brito ao explicar que, "é dentro deste contexto e desta logística que a SEP estabeleceu e tem por prioridade cumprir em seu cronograma, o Programa Nacional de Dragagem (o PND), previsto dentre as obras elencadas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)".

Ao assumir a responsabilidade de contratar as obras do PND, a SEP adotou um conceito que prevê a contratação por resultados, isto é, o contratado receberá apenas quando forem atingidas as marcas estabelecidas no contrato. E mais: "dentro do PND, o porto dragado que necessitar de manutenção, após as obras de aprofundamento, terá garantido um ciclo de manutenção".

A dragagem por resultado é um novo conceito no País, que veio para garantir que os portos nacionais persigam a excelência na sua operação, agregando valor e reduzindo custos no comércio exterior.

Para o ministro Pedro Brito, com recursos assegurados pelo PAC, está prevista a aplicação de R\$ 3,6 bilhões, assim distribuídos: R\$ 1,6 bilhão para o PND e o restante para melhorias da infraestrutura e acessos terrestres alocados pelo Programa de Aceleração do Crescimento-1. Estão previstos mais R\$ 5,2 bilhões, dos quais R\$ 740,7 milhões serão destinados para os terminais portuários com vistas à Copa de 2014.

Opinião do especialista - Em favor da correnteza

A história das navegações começa quando o homem em tempos remotos observou um grande tronco flutuando nas águas de um rio e comprovou que, empurrando-o em favor da correnteza, ele ganhava velocidade. E mais surpreso ficou quando notou que

suportava o seu peso escorregando de rio abaixo, chegando primeiro que seus companheiros que corriam pelo intrincado das árvores, no sobe e desce das montanhas e na travessia dos campos. Mas para chegar ao atual estágio das navegações, muitos séculos se passaram. O fato é que ao longo dos últimos cinco anos, o cenário mundial do comércio exterior apresentou vertiginosa expansão, saltando a corrente de US 15,5 trilhões, em 2003 para U\$ 27,9 trilhões em 2007 e está encostando nos U\$ 30 trilhões neste 2010. O forte avanço de economias como a dos Estados Unidos, Alemanha e Japão, bem como da China - aliada à alta liquidez financeira observada no período impulsionaram o comércio global. O Brasil, consolidando uma política de estabilidade macroeconômica, soube aproveitar deste impulso mundial.

[<volta>](#)

Diário do Nordeste - CE

27 de julho

Dragagem puxa novos investimentos no porto

Mucuripe terá recursos para novo terminal de passageiros e ampliação da retroárea de contêineres

O aprofundamento do cais de atracação do Porto do Mucuripe, passando dos atuais 10,5 metros para 14 metros, irá mobilizar uma série de outras obras no terminal, e ao redor dele, para garantir sua competitividade com a elevação prevista da movimentação de cargas. A ordem de serviço das obras de dragagem, que devem estar concluídas ainda este ano, foi dada ontem pelo ministro da Secretaria Especial de Portos (SEP), Pedro Brito. "Não adianta apenas dragar. Quando você draga o porto, você permite que embarcações maiores possam ancorar nele. Com 14 metros (de profundidade), vamos poder trabalhar com o Post-Panamax, que são navios grandes, que carregam mais de 5 mil TEUs, podem ir a até seis mil contêineres. E isso também implica que obras adicionais também tenham que ser feitas no porto, como reforço no cais para essa nova profundidade, ampliação da retroárea para movimentação de contêineres, mas tudo isso já está previsto no nosso plano de investimento. Isso é imediato", garantiu o ministro.

Um das obras que vai complementar a capacidade de operação do porto é o terminal marítimo de passageiros. O Mucuripe terá R\$ 105,9 milhões, que serão alocados na construção do terminal, do cais e do berço, da pavimentação e urbanização, dos acessos e do estacionamento na área portuária. Apesar de ser planejado para turistas, o novo cais poderá ser utilizado, explica Brito, também para movimentação de contêineres.

"Vai ser um píer grande, de 305 metros. Esse pier é de múltiplos usos. Nós vamos usá-lo prioritariamente para passageiros, mas ele vai ter outras funções na época que ele não tiver navio de passageiros", esclarece. Brito informou que o edital de licitação deve

ser lançado no início do próximo ano, com prazo para conclusão programado para dezembro de 2013. Além do montante já assegurados no PAC 2 para a construção do terminal de passageiros, o ministro informa que existem vários convênios entre a SEP e a Companhia Docas do Ceará para repasse de recursos adicionais para obras. "São pequenos. Estamos falando aí de algo como R\$ 3,4 milhões, necessários para essa reorganização do pátio e ampliando a retroárea para a operação de contêineres. Os recursos são do governo federal".

Pedro Brito acrescenta que está previsto no plano de investimentos para o porto a derrubada dos armazéns antigos instalados no local para ampliar a área de movimentação de contêineres. Isso será necessário, uma vez que somente a dragagem projeta incrementar em 30% a movimentação do terminal portuário, que este ano estima movimentar 4 milhões de toneladas, uma marca histórica.

Capacidade ampliada

A dragagem do porto do Mucuripe, que envolve investimentos de R\$ 54,6 milhões, irá dotar o equipamento de infraestrutura para receber navios de grande porte por, no mínimo, 50 anos, garante o ministro. "O que temos que cuidar em relação à manutenção é para não deixar que o assoreamento possa recompor uma profundidade que não é a ideal", diz.

Conforme disse, o principal impacto à economia cearense com a obra é a redução do custo dos fretes. "Isso se dá pelo efeito da economia de escala. Com navios duas vezes maiores do que estamos recebendo, vamos ampliar a movimentação de cargas, o porto vai ficar mais atrativo. Isso vai melhorar, ainda, a sua capacidade de entrar no programa nacional de cabotagem. Tudo isso vai elevar o potencial do Estado tanto pra exportar como para importar. O Estado vai oferecer aos exportadores e importadores aqui no Mucuripe condições excepcionais para atracação de grandes navios. Isso, por si só, já dá ao Ceará condições de melhor competitividade nessas operações".

Além disso, a maior profundidade para atracação de navios vai ampliar o número de linhas que passarão pelo Mucuripe. "Já temos solicitações de armadores - que já não faziam mais linhas para cá - de voltarem, quando a dragagem estiver pronta, além de algumas novas linhas. Hoje, algumas linhas estão indo até para Suape, em Pernambuco, e vindo pra cá de caminhão", afirma o presidente da Companhia Docas do Ceará, Paulo André Holanda.

INTERLIGAÇÃO DE MODAIS

Estudo para ferrovia previsto em agosto

O ministro Pedro Brito admite que as condições do Mucuripe para os negócios ainda não são as ideais. O principal problema a ser resolvido é a questão do transporte terrestre, que ainda encontra gargalos no porto de Fortaleza, inserido no meio da cidade em crescimento. Uma solução para a questão ferroviária, entretanto, já começa a ser trabalhada. "O porto não depende só de sua profundidade, mas principalmente dos seus acessos terrestres. Para funcionar de forma eficiente, tem que ter acessos terrestres eficientes. Nós temos uma ferrovia, que é a Transnordestina, que chega ao Mucuripe, cujo acesso tem várias interferências dentro da cidade. O próprio acesso terrestre não é o ideal. Nós precisamos investir nessa acessibilidade terrestre" defende.

Para resolver a questão ferroviária, o presidente da Companhia Docas do Ceará, Paulo André Holanda, informa que deverá ser iniciado um estudo, patrocinado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), para a instalação de um ramal ferroviário chegando ao Mucuripe. "Estive semana retrasada com o presidente do nosso Conselho de Administração e o Joaquim Firmino, que é o secretário executivo da Infraestrutura do Estado, com Bernardo Figueiredo, que é o diretor-geral da ANTT, e ele está vendo até o fim de agosto para a gente fazer um estudo desse ramal ferroviário, para chegar até o porto, com bitola larga. Isso vai ser uma parceria entre o Governo do Estado, na questão da desapropriação, a própria Transnordestina e também o governo federal, por meio da Secretaria Especial de Portos (SEP)", explica. Segundo ele, o estudo irá informar o que será feito e os custos, tanto da obra quanto das desapropriações.

"O Estado tem um limite de um contrato que ele já tem com o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT) e o Banco Mundial, então, precisa saber de quanto é esse montante. O próprio diretor-geral da ANTT vai autorizar e patrocinar esse estudo, do projeto básico com planilha orçamentária estimada". O presidente da Docas do Ceará informou que, caso o estudo com a viabilidade técnico-econômica e a licença ambiental prévia sejam apresentados até dezembro, existe a possibilidade da intervenção ser incluída na segunda fase do PAC.

[<volta>](#)

Porto Gente

27 de julho

Para técnico do Ipea, cabotagem precisa de mais estímulo e incentivos

Em entrevista ao **PortoGente**, Carlos Campos, coordenador de infraestrutura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), atualiza o estudo coordenado por ele em 2005, em que analisava as perspectivas e obstáculos para a cabotagem. Apesar do crescimento significativo nos últimos cinco anos, o setor ainda tem muito a enfrentar para que [se consolide](#) no Brasil.

PortoGente – Quais foram os avanços da cabotagem de 2005 para 2010?

Carlos Campos - No momento em que nós fizemos o estudo, havia duas dificuldades. A indústria naval estava em momento de crise, o que dificultava encomenda de navio aqui dentro. E a legislação de cabotagem, que é assim no mundo todo, é muito restritiva quanto às exigências de navio de bandeira nacional e pessoal de bordo. Também faltavam contêineres por conta do comércio com a China. Eram dois problemas conjunturais que hoje já não existem. Tivemos o ressurgimento da indústria naval, temos novos estaleiros e o Brasil não fabricava contêiner nenhum, o que hoje já acontece.

PortoGente – O estudo sugere a implantação de um hub port (porto concentrador) no Brasil. Essa medida depende de uma iniciativa do governo ou dos empresários?

Carlos Campos – Evidente que se o governo faz a sua parte e investe em infraestrutura de acesso rodoviário e ferroviário ao porto, e aí escoar a carga fica mais

fácil, se o governo faz a dragagem adequada e o porto tem um calado que permite navios maiores operarem, se o setor privado também faz a sua parte, tem equipamento moderno em seus terminais, isso é um dos aspectos que os empresários levam em conta. Evidentemente também levam em conta outros aspectos, tem que estar perto do mercado produtor e do mercado consumidor. Mas a decisão não é do governo. O governo deve fazer esses investimentos, porque se não fizer, o porto não tem chance nenhuma de ser escolhido, mas a decisão é do empresário. Quando nós formos trabalhar com o conceito de hub port não é o governo quem vai dizer, esse vai ser e esse não vai ser, quem vai dizer são os empresários.

PortoGente – Qual é a sua opinião sobre o Programa de Incentivo à Cabotagem (PIC)?

Carlos Campos – É um programa viável. Nós estamos muito atrasados na preocupação com os estímulos e incentivos à cabotagem. O próprio programa focado na questão da cabotagem com certeza é uma coisa muito alvissareira. O Brasil precisa estimular a cabotagem, as vantagens são enormes, nós vamos tirar caminhões das rodovias, são grandes vantagens, vantagens de custo, segurança, integridade da carga e impacto ambiental.

[<volta>](#)

Tribuna do Norte

27 de julho

Repasses de royalties caem 4,79%

O Rio Grande do Norte recebeu mais de R\$ 25 milhões no mês de julho referentes ao pagamento de royalties pagos pela Petrobras pela exploração de petróleo e gás na Bacia Potiguar. O valor é referente à produção do mês de maio. No entanto, o repasse de R\$ 25,03 milhões foi menor que o registrado em junho, quando a Petrobras pagou R\$ 26,23 milhões, uma queda de 4,79% ou R\$ 1,2 milhão.

Atualmente, a Petrobras possui 3,7 mil poços no Estado, distribuídos em 65 campos em mar e terra

Do montante total, R\$ 12,07 milhões foram pagos ao governo estadual e R\$ 12,33 milhões foram destinados a 96 municípios potiguares. Atualmente a Petrobras possui 3.709 poços, distribuídos em 65 campos nas áreas marítimas e terrestres do Rio Grande do Norte. Em julho do ano passado, o montante pago havia sido de R\$ 11,64 milhões ao governo e R\$ 10,95 milhões aos municípios, totalizando R\$ 22,59 milhões.

Dentre os estados beneficiados pelos royalties, o Rio Grande do Norte foi o quarto lugar, atrás do Rio de Janeiro (R\$ 180 milhões) e Espírito Santo (R\$ 26 milhões), os maiores produtores nacionais, e da Bahia (R\$ 12,83 milhões).

Até o momento, os repasses em 2010 para o estado somam mais de R\$ 180 milhões, sendo R\$ 92,47 milhões pagos ao governo do estado e R\$ 88,31 milhões aos municípios. No mesmo período do ano passado, o valor acumulado era de R\$ 75,78 milhões para o estado e de R\$ 66,32 milhões para os municípios, totalizando R\$ 142,1

milhões.

Municípios

Dentre os municípios que ganharam mais royalties estão Macau (R\$ 1,92 milhão), Guamaré (R\$ 1,87 milhão), Mossoró (R\$ 1,47 milhão), Pendências (R\$ 1,46 milhão) e Areia Branca (R\$ 598 mil). Completam a lista dos dez mais Apodi, Governador Dix-Sept Rosado, Porto do Mangue, Assu e Alto do Rodrigues.

Além dos municípios produtores, Goianinha, Ielmo Marinho e Macaíba também receberam royalties de R\$ 779,89 mil, cada, por disporem de instalações de medição e transferência de petróleo e/ou gás.

Saiba mais

Royalties são uma compensação financeira devida ao estado pelas empresas concessionárias produtoras de petróleo e gás natural no território brasileiro e são distribuídos aos estados, municípios, ao comando da marinha, ao Ministério da Ciência e Tecnologia e ao fundo especial administrado pelo Ministério da Fazenda, que repassa aos estados e municípios de acordo com os critérios definidos em legislação específica.

Todos os dados sobre o pagamento de royalties são públicos e divulgados pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), por meio do portal www.anp.gov.br.

[<volta>](#)

Jornal do Commercio

27 de julho

Suape terá térmica de R\$ 2,6 bilhões

O paulista Grupo Bertin, que atua na agroindústria, infraestrutura e energia, construirá no Complexo Industrial e Portuário de Suape sua segunda usina termelétrica no Estado, estimada em US\$ 1,5 bilhão – R\$ 2,65 bilhões, pela cotação de ontem da moeda norte-americana.

O anúncio formal da empresa é esperado para ocorrer em dez dias. Apesar disso, ontem, o governo terminou se antecipando à divulgação e tornou público o investimento, durante a reunião do Conselho Estadual de Políticas Industriais, Comerciais e de Serviços (Condic) – encontro cujo objetivo é avaliar incentivos fiscais a investidores em Pernambuco. A nova térmica, a óleo, terá capacidade para gerar 1.450 megawatts (MW), o que não significa que funcionará o tempo todo. Isso porque cada vez que uma dessas usinas é acionada, a conta de energia dos brasileiros aumenta.

A quantidade de empregos do projeto é relativamente baixa. Espera-se algo em torno de 300 funcionários. A térmica ocupará 100 hectares em Suape, próximo ao parque de tancagem, e ficará pronta em 2012.

O secretário de Desenvolvimento Econômico, Fernando Bezerra Coelho, preside Suape e também o Condic. Ao final da reunião, que aprovou 41 projetos (veja um resumo no quadro ao lado) Bezerra Coelho anunciou o “maior projeto na área de energia de Pernambuco”, em análise pela administração do porto e pela Secretaria da Fazenda. A usina será avaliada na reunião do Condic de setembro.

Desde 2008, o grupo Bertin tenta para conseguir cumprir um contrato de duas dezenas de concessões de termelétricas e justamente por isso recebeu multas da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Uma das alternativas da empresa, então, foi concentrar as usinas em determinadas áreas, o que já ocorreu na Bahia, próximo ao Porto de Aratu, para reduzir alguns custos. Agora, essa reunião de projetos em um mesmo lugar também acontece em Pernambuco.

A primeira térmica anunciada pela Bertin no Estado foi a Energética Suape II, com capacidade para 350 MW. Só para comparar as duas usinas, a área ocupada pela primeira é de 25 hectares, um quarto do terreno que eles querem usar no projeto novo.

O governo destaca ter criado um polo de geração de energia em Suape. “Para vocês terem uma ideia, somando a Termopernambuco (do Grupo Neoenergia), Suape II e a nova usina, em Suape teremos uma capacidade de geração superior a 2 mil megawatts. Estamos criando um polo muito expressivo”, comentou Bezerra Coelho. A capacidade da Termopernambuco de produzir energia é de cerca de 520 MW. Mas, durante muito tempo, ficou sem trabalhar por falta de gás natural, principal combustível para a térmica poder gerar energia.

Se as três termelétricas de Suape gerassem tudo o que podem produzir simultaneamente poderiam fornecer energia equivalente ao dobro do que Pernambuco consumiu ano passado.

[<volta>](#)

Folha de Pernambuco

27 de julho

3º estaleiro perto da confirmação

O terceiro estaleiro pernambucano começou a ganhar forma. O grupo mineiro Orteng se juntou à Construcap, que já havia manifestado o interesse em construir a fábrica de navios. O martelo só será batido de verdade com o resultado do processo licitatório da Petrobras, em setembro, como adiantou o secretário de Desenvolvimento Econômico, Fernando Bezerra Coelho. “Foi mais uma associação entre grandes empresas para

construir mais um estaleiro no Estado. Eles (o grupo) vão fabricar módulos para plataformas e sondas de petróleo”, disse o gestor.

Segundo os últimos dados da indústria paulista Construcap, o empreendimento receberá investimentos na ordem de R\$ 200 milhões e ficará em uma área de 40 hectares no Porto de Suape. Cerca de 1,5 mil empregos serão gerados durante a construção e outras sete mil vagas devem ser abertas em meados de 2010, quando iniciar a operação. O terminal marítimo já contempla o Estaleiro Atlântico Sul (EAS), que está em operação, e o Promar, também em fase de instalação.

A questão é saber se o Estado terá mão de obra qualificada suficiente para atender tantos empreendimentos. “Pernambuco está pagando pela falta de investimentos em Educação. Não só no último governo, mas ao longo de anos. Será preciso investir no ensino básico e médio, mas isso não acontecerá em quatro anos. Vai ser resolvido em dez ou 12 anos de investimentos. Podemos dizer que é um problema bom”, defendeu Bezerra Coelho.

[<volta>](#)

Folha de Pernambuco

27 de julho

Termelétrica de US\$ 1,5 bi será instalada em Suape

O Complexo Industrial Portuário de Suape receberá um aporte bilionário para a instalação de mais uma usina termelétrica. O grupo Bertin pretende investir US\$ 1,5 bilhão na construção do empreendimento, que terá capacidade de geração de 1,46 milhão de megawatts (mw), conforme informou o presidente do terminal portuário e secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Fernando Bezerra Coelho. Sócia da Eletrobrás na polêmica hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, a empresa venceu, há dois anos, licitações para erguer seis termelétricas. Em Pernambuco, a expectativa é de que sejam criados até 300 empregos diretos.

“O protocolo de intenções deve ser assinado em dez dias. No momento, estão sendo feitas análises ambiental e fiscal. Suape vai se transformar em um grande polo gerador de energia termelétrica para todo o Brasil, pois atingirá dois milhões de megawatts: um número muito expressivo”, ressaltou Bezerra Coelho. Segundo ele, a usina ocupará um espaço de 100 hectares, provavelmente próximo à área de tancagem do Porto. “É a ‘clusterização’ dos parques. O grupo está levantando uma unidade parecida, em Salvador, com a mesma capacidade de geração que terá em Pernambuco”, apontou o secretário. A operação pode iniciar em 2012.

O empreendimento vai se somar a uma outra termelétrica que está sendo instalada no Porto, por isso sua exaltação como “cluster” neste setor de energia. A Energética Suape II, da filandesa Wärtsilä, teve suas obras iniciadas em janeiro do ano passado e segue em fase de terraplanagem. Esta é a maior planta do grupo europeu, com valor estimado de US\$ 360 milhões, de acordo com o último relatório do Programa de

Aceleração do Crescimento (PAC). O empreendimento, que também deve operar em dois anos, será alimentado com combustível derivado do petróleo e terá capacidade para gerar 380 mil megawatts.

“As termelétricas são acionadas quando há necessidade de um maior consumo ou quando há redução no fornecimento de energia de outras origens. No caso da Bertin, a empresa ganhou licitação para implementar usinas entre Sergipe e o Rio Grande do Norte e estão negociando conosco. Reiniciamos a discussão e estamos trabalhando as condições de locação física”, explicou o presidente da Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (AD Diper), Jenner Guimarães.

[<volta>](#)

Folha de Pernambuco

27 de julho

Suape discute viabilidade de trecho de ferrovia

Transnordestina expôs plano em que ramal viria do Sul

A Transnordestina Logística tomou a primeira iniciativa para que seja definido o traçado por onde a Ferrovia Transnordestina passará no Complexo Industrial Portuário de Suape. Numa exposição feita aos diretores do Porto e aos representantes da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico (Sedec), foi apresentado um plano em que o ramal viria do Sul e cortaria a linha férrea de Suape, passando pela antiga ferrovia localizada na estação Massangana.

Mas, de acordo com o superintendente de Projetos Estruturadores da Sedec, Artur Maciel, o projeto apresentado pela Transnordestina Logística não está aprovado e deve passar por vários órgãos até que consiga o aval para ser executado. “Tem uma série de alternativas que podem ser analisadas. Antes, será preciso aprovar o plano nas prefeituras de Ipojuca e do Cabo de Santo Agostinho, onde a ferrovia passará. Depois, a avaliação é feita pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres). Essa consulta a todos os envolvidos deve levar uns 60 dias”, projetou, lembrando que caberá ao Ibama dar uma posição final.

É grande a expectativa para que a realização dessa etapa da Ferrovia seja iniciada, até porque tem 16 quilômetros de desapropriações que deverão ser feitas no local. E, segundo o procurador-geral do Estado, Tadeu Alencar, elas só podem ser liberadas a partir da concretização do projeto da Ferrovia para Suape. O traçado velho de Suape é que compreende a maior parte das desapropriações, haja vista os 120 quilômetros de dimensão da área. Logo, a faixa nova corresponde a 10% do total. Questionado sobre o valor do gasto com as desapropriações, Artur Maciel explicou que o cálculo é muito provisório. O diretor de Engenharia e Meio Ambiente de Suape, Ricardo Padilha, não foi encontrado para comentar o assunto.

RODOFERROVIA

Foi publicado, no Diário Oficial do Estado, o aviso de reabertura de licitação para contratar empresa de consultoria para fiscalizar as obras do acesso rododiferroviário de Suape. O total investido no empreendimento será de R\$ 88 milhões.

[<volta>](#)

A Gazeta Vitória - ES
27 de julho

Petrobras: licitação e 3 mil empregos no Espírito Santo

Petrobras: licitação e 3 mil empregos no Espírito Santo Mais uma vez o petróleo poderá gerar cerca de 3 mil empregos e trazer para Vila Velha ou Aracruz milhares de reais em investimentos. Caso a Petrobras conclua hoje o processo de licitação para a escolha das empresas que fabricarão os módulos para duas de suas plataformas, a P-57 e P-62, Vila Velha e Aracruz poderão receber estes investimentos.

São 15 consórcios de empresas, inclusive internacionais, que participam da licitação, sendo que sete apresentaram áreas no município de Vila Velha para instalar a empresa. Um dos consórcios preferiu entrar na concorrência com área em Aracruz, no Norte do Estado.

A previsão era de que o resultado da licitação fosse conhecido ontem, no início da noite, mas as informações são de que a empresa só divulgará o dado hoje. Dos sete grupos que participam e que pretendem se instalar em Vila Velha, seis ofereceram áreas em Capuaba e uma na Prainha da Glória, em Jaburuna. Este consórcio é formado pela Metalúrgica União, Tomé construtora e Nisibra (do grupo Otto Andrade).

Para viabilizar a proposta dos seis grupos, um termo de compromisso socioambiental foi assinado entre as empresas, Instituto Estadual do Meio Ambiente (Iema) e Prefeitura de Vila Velha, tendo o Ministério Público Estadual como testemunha. O documento estipula condicionantes sociais e ligadas ao meio ambiente para a empresa que se instalar na área para fabricação de módulos.

Segundo o secretário de Desenvolvimento Urbano de Vila Velha, Henrique Casamata, a expectativa é grande para saber o resultado da licitação, já que os cálculos iniciais são de que podem ser gerados 3 mil empregos diretos. Além disso, as obras para a fabricação dos módulos para as duas plataformas devem durar quatro anos, mas poderão continuar, caso as empresas vençam outras licitações.

Para o município, segundo Casamata, é importante não só receber empreendimentos deste tipo, mas também se preparar para que a mão de obra a ser contratada possa ser da cidade. Os estudos iniciais apresentados pelas empresas mostram que a arrecadação de Imposto sobre Serviços (ISS) poderá chegar a R\$ 60 milhões por ano.

Terminal de Ubu

Outra questão relacionada ao petróleo será discutida hoje, às 11 horas, na sede da

Petrobras, no Rio de Janeiro, entre o governador Paulo Hartung e o presidente da estatal, José Sérgio Gabrielli. É a implantação do terminal de apoio às plataformas, previsto para Ubu, em Anchieta. Devido às últimas descobertas, a Petrobras cogita instalar o porto em outra localidade, mas o governo do Estado insiste que Ubu é a melhor opção para a companhia.

Pré-sal: país tem que acelerar a exploração

O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Haroldo Lima, alertou que o Brasil deve acelerar os projetos de exploração de petróleo no pré-sal e também no pós-sal, “para evitar que a gente fique com um mico”. De acordo com Lima, por conta do vazamento da BP, o uso de fontes alternativas de energia pode ser acelerado e o petróleo pode perder valor no futuro próximo.

O diretor acredita que os Estados Unidos vão investir fortemente em combustíveis alternativos, para não se tornarem mais dependentes da importação do petróleo, principalmente do Oriente Médio, em função da suspensão da exploração na costa leste americana. A consequência, segundo Lima, é que isso pode “tornar mais dispensável o petróleo que temos aqui”, disse. “Temos que nos adiantar”. Lima afirmou que a ANP, o Ibama e a Marinha estão estudando a criação de um Plano Nacional de Contingência nas atividades exploratórias de petróleo no mar para conter possíveis acidentes.

[<volta>](#)

O Povo - CE

27 de julho

Porto do Mucuripe recebe recursos de R\$ 220 milhões

A previsão é de que as obras de dragagem do Porto do Mucuripe, orçadas em R\$ 54,6 milhões, sejam concluídas até o final deste ano. Além da obra, o Porto receberá recursos de R\$ 105,9 milhões para a construção de um terminal de passageiros

O Porto do Mucuripe receberá investimentos da ordem de R\$ 220, 5 milhões em obras de melhoria e adaptação. Apenas na dragagem do Porto, o valor investido é de R\$ 54,6 milhões. A ordem de serviço foi assinada ontem. A obra, com previsão para começar dentro de um mês, deverá ficar pronta até o final deste ano.

Além da dragagem, estão previstos R\$ 105,9 milhões na construção de um terminal de passageiros e R\$ 60 milhões em obras que o porto precisará fazer para evitar o assoreamento e para melhorar a acessibilidade terrestre, além de reforço no cais. Os recursos são do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e da Secretaria de Portos (SEP).

“A empresa está consciente de que não é uma pequena dragagem. É um projeto muito ousado, mas sabemos que podemos concluí-lo antes do prazo”, destacou o presidente

da empresa Bandeirantes Dragagem e Construção Ltda, responsável pela obra, Ricardo Sudaiha.

Com as obras de dragagem, a profundidade do porto passará dos atuais 10 para 14 metros. O porto vai poder receber outros tipos de embarcação e a movimentação de cargas deve crescer em média 30%.

“Com essa profundidade de 14 metros, o porto estará atendido pelos próximos 50 anos. Não precisaremos de outras intervenções”, destacou o ministro da SEP, Pedro Brito.

A partir do investimento, o frete será barateado e o porto do Mucuripe será inserido na rota de cabotagem, navegação realizada entre portos interiores do país pelo litoral ou por vias fluviais.

De acordo com Sudaiha, serão retirados 6 milhões de m³ de areia durante a dragagem. Do total, 500 mil m³ serão colocados na Praia de Iracema para evitar os avanços do mar.

A obra do porto do Mucuripe faz parte do Programa Nacional de Dragagem (PND), que vai investir R\$ 1,6 bilhão no aprofundamento dos 18 principais portos do País.

LICITAÇÕES

Foram aprovadas para o porto do Mucuripe nove licitações no valor de R\$ 30 milhões com recursos da SEP.

Segundo o presidente da Companhia Docas, que administra o Porto, Paulo André Holanda de Castro, as obras começarão a partir de agosto e terão conclusão até o final do ano.

Entre as obras estão a licitação da nova pavimentação e da nova iluminação industrial do Porto, além do aumento do parque de tomadas frigoríficas e da construção do novo armazém de A5 de 6 mil m².

Além disso, será implementado o software do projeto Porto sem Papel, que vai facilitar a interação de todos os órgãos intervenientes com transferência de informações online.

[<volta>](#)